



ANEXO I



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
9º BATALHÃO LOGÍSTICO
“BATALHÃO CIDADE DE SANTIAGO”

PREGÃO Nº 04/2020

(Processo Administrativo nº 64130.001273/2020-21)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Saúde conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Grupo	Item	CATMAT	Descrição Resumida	UF	Qnt	Valor de Referência R\$	Valor total do item
Observar atentamente (Item 1.2 Termo de Referência) “Descrição completa, contendo Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho e demais características e especificidades do material a ser licitado. ”							
1	1	407819	Cadeira Odontológica	Und	1	13.606,05	13.606,05
	2	416674	Equipamento odontológico, tipo jato bicarbonato e ultrassom	Und	1	2050,67	2050,67
-	3	440744	APARELHO AR CONDICIONADO	Und	3	1612,19	4836,57
-	4	410459	Equipamento odontológico tipo fotopolimerizador	Und	1	1.243,91	1.243,91
-	5	394766	Desfibrilador, tipo externo automático	Und	1	7.121,66	7.121,66
-	6	246917	Seladora Embalagem	Und	1	709,80	709,80
-	7	453139	Desmidificador	Und	1	1.529,29	1.529,29
-	8	432425	Diva clinico	Und	1	737,98	737,98



-	9	405840	Biombo Hospitalar	Und	2	491,64	983,28
-	10	395150	Estrado modular	Und	4	122,07	488,28
-	11	425771	Otoscópio	Und	2	260,05	520,10
-	12	375694	Balança pesar pessoas	Und	2	202,25	404,50
-	13	415940	Suporte para soro	Und	2	193,87	387,74
-	14	443423	Ventilador tipo parede	Und	5	173,17	865,85
-	15	334778	Mesa refeição	Und	2	389,04	778,08
-	16	462552	Mesa escritório	Und	2	513,23	1.026,26
-	17	460942	Cadeira escritório	Und	2	385,93	771,86

1.2. Descrição completa, contendo Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho e demais características e especificidades do material a ser licitado.

PDM 02108 - CADEIRA ODONTOLÓGICA

Item 1 - Cadeira Odontológica

Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Cadeira odontológica, material: estrutura aço, pintura eletrostática, material estofamento:poliuretano injetado, alta densidade, material revestimento:pvc laminado sem costura, encosto: biarticulado, funcionamento:eletromecânico, motorreductor, isento de óleo, posições:4 movimentos básicos, componentes:caixa comando interna, pedal comando.



Pedal multifuncional com posições vz, pt1 e pt2 e lp última posição, programáveis pelo profissional, e acionamento do refletor; mesa acoplada com sistema de braço articulado, com seringa 3f, mangueira borden e bandeja sem bordas;

Unidade auxiliar com cuba de porcelana acomplada à cadeira e mangueira de sucção de 6,3mm;

Refletor com base sem aro, de luz halógena sem de intesidade variável de 6.000 a 22.000 lux e pega mão bilateral;

Fisiomodo com cinco rodízios, sistema de elevação a gás e regulagem de altura com alavanca.

REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei no 8.666/1993.

Ref.: Marca: KAVO; modelo/ versão: conjunto odontológico UNIK A4 - KAVO.

PDM 2683 - EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO

Item 2 - Equipamento odontológico, tipo jato bicarbonato e ultrassom

Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Equipamento odontológico, tipo jato bicarbonato e ultrassom, aspecto físico motor de bancada, material corpo plástico abs, indicação profilaxia/periodontia/endodontia, fonte eletro-pneumático, componentes adicionais bomba peristáltica/reservatório p/ líquido/pedal, componentes 2 peças de mão 3 pontas, pedal.



Ampla variação de fluxo de água; transdutor de ultrassom piezoelétrico através de pastilhas de cerâmica com frequência de 32.000 hz estabilizado eletronicamente;

Caneta de ultrassom com luz de led;

Alta frequência na ponta ativa.

Mínimo de 5 (cinco) níveis de potência;

Pontas com modelos para periodontia, endodontia, dentística e prótese, preparação cavitária.

Obrigatoriamente deve ser compatível item 2 (cadeira odontológica)

REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei no 8.666/1993.

Ref.: Marca: SCHUSTER; modelo/ versão: Sonic Evo LED - Ultrassom Piezoelétrico 32.000 Hz Schuster

PDM 13768 - APARELHO AR CONDICIONADO

Item 3 - Aparelho de ar condicionado

Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Aparelho ar condicionado, capacidade refrigeração 12.000 btu, tensão 110/220 v , tipo split, modelo split inverter, características adicionais 1 controle remoto/display digital/timer/selo procel.



Capacidade de refrigeração (BTU/H): 13.200

Classificação INMETRO: A

Frequência (HZ): 60

Ciclo: quente/frio

Selo Procel: sim

REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei no 8.666/1993.

Ref.: Marca: LG; modelo/ versão: Hi Wall LG Dual Inverter Voice 12.000 Btus Frio 220v

Ref.: Marca: SAMSUNG; modelo/ versão: Split Hw Digital Inverter Samsung 12000 Btus Quente/Frio 220V Monofásico AR12MSSPBGMAZ

PDM 2683 - EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO

Item 4 - Equipamento odontológico tipo fotopolimerizador

Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Equipamento odontológico tipo fotopolimerizador, aspecto físico base peça de mão sem fio, material ponteira ponteira fibra ótica ou acrílico, material corpo plástico abs, fonte luz led, instalação elétrica, componentes protetor ocular.



REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei no 8.666/1993.

Ref.: Marca: SDI; modelo/ versão: radii-cal.

PDM 2717 - DESFIBRILADOR

Item 5 - Desfibrilador, tipo externo automático

Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Desfibrilador, tipo externo automático, tipo onda bifásica, tempo máximo carga até 6 s, memória grava ecg/eventos, peso até 3 kg, alimentação bateria interna recarregável, componente pás adesivas descartáveis, características adicionais comando de voz, tipo módulo portátil, c/ alça transporte, maleta.



REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei no 8.666/1993.

Ref.: Marca: CMOS DRAKE; modelo/ versão: LIFE 400 FUTURA REGISTRO ANVISA 80058130008.

PDM 9358 - SELADORA EMBALAGEM

Item 6 - Seladora Embalagem

Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Seladora Embalagem, material polipropileno, voltagem 110/220 v, funcionamento manual, aplicação vedação envelope de esterilização em autoclave, características adicionais controlador tempo de solda, selagem de 30 cm.



Sistema integrado decorte, em ambas direções e acionamento por meio de alavanca com trava;

Selagem grau cirúrgico

REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei no 8.666/1993

Ref.: Marca: CRISTOFOLI; modelo/ versão: Seladora embalagens 30 cm bivolt.

PDM 6123 - DESUMIDIFICADOR

Item 7 - Desumidificador

Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Desumidificador, voltagem 220 v, capacidade ambiente com 150m³, potência

compressor 290 w, características adicionais desumidificação 12 l/dia, aplicação uso geral.



REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei no 8.666/1993

Ref.: Marca: THERMOMATIC; modelo/ versão: Desidrat New Plus 150 - 107n.

PDM 6360 - DIVA CLINICO

Item 8 - Diva Clinico

Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Divã clínico, material estrutura cadeira, comprimento 1,80 m, largura

1,30 m, altura 0,80 m, material estofamento com espuma d33, revestimento





revestido em courvin, característica adicional tipo tablado.

REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei no 8.666/1993.

Ref.: Marca: RHOSS Produtos Médicos; modelo/ versão: Adulto em Inox PR8259

PDM 2653 - BIOMBO HOSPITALAR

Item 9 - Biombo hospitalar

Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Biombo hospitalar, material aço inoxidável polido tubular, acabamento da estrutura pintura em epóxi, tipo triplo dobrável, altura 1,80 cm, comprimento 2,00 aproximadamente, aberto cm, tipo de rodízio ponteiros giratórios.

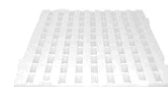


REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei no 8.666/1993.

Ref.: Marca: RHOSS Produtos Médicos; modelo/ versão: Biombo Triplo Inox PR8257

PDM 14647 - ESTRADO MODULAR

Item 10 - Estrado Modular



Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Estrado modular, material polipropileno, comprimento 120 cm, largura 100 cm, altura 16 cm, cor branca, capacidade carga 2.000 kg.

REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei no 8.666/1993.

PDM 10236 - OTOSCÓPIO

Item 11 - Otoscópio

Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Otoscópio, tipo clínico, modelo portátil, alimentação luz halógena 2,5v, características adicionais grampo fixação p/ bolso c/ botão liga/desliga, zoom óptico lente giratória, aumento em até 3 vezes, componentes jogo de espelhos, tipo cabo cabo metal



cromado e plástico.

REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei no 8.666/1993.

Ref.: Marca: MARK MD; modelo/ versão: Mark II 2.5v com 5 Espéculos e estojo macio.



PDM 3222 - BALANÇA PESAR PESSOAS

Item 12 - Balança pesar pessoas

Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Balança pesar pessoas, capacidade 150 kg, peso 3,5 kg, dimensão plataforma: 29 cm,

alimentação 4 pilhas aa, características adicionais , automática/manual, piso borracha,

modelo digital, bolsa para transporte.

REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei no 8.666/1993.

Ref.: Marca: OMRON; modelo/ versão: HBF-214 150KG.



PDM 2455 - SUPORTE PARA SORO

Item 13 - Suporte para soro

Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Suporte para soro, material aço inoxidável ou alumínio, regulagem de altura, rodízios com rodízios de 2", ganchos 4 ganchos.

REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei no 8.666/1993



PDM 13857 - VENTILADOR

Item 14 - Ventilador tipo parede

Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Ventilador, tipo parede, potência motor 200 w, tensão alimentação 127 v, características adicionais com 3 hélices de plástico injetado, material plástico, altura 60 cm.



REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei no 8.666/1993

PDM 9615 - MESA REFEIÇÃO

Item 15 - Mesa refeição

Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Mesa refeição, material estrutura aço inoxidável com pintura anticorrosiva, revestimento tampo em mdf, comprimento tampo 0,75 a 0,80 m, largura tampo 0,40 a 0,45 m, altura mínima de 1,19 m, características adicionais 2 pés fixos, 2 c/rodízios de 2", regulagem altura.



REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei no 8.666/1993

PDM 0321 - MESA ESCRITÓRIO

Item 16 - Mesa escritório

Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Mesa escritório, material estrutura aço, material tampo mdf, revestimento laminado melamínico baixa pressão, cor tampo cinza, quantidade gavetas 2 un, largura 1,40 m, altura 0,74 m, comprimento 1,40 m, espessura tampo 25 mm, características adicionais mesa em "I".



REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei no 8.666/1993

PDM 313 - CADEIRA ESCRITÓRIO

Item 17 - Cadeira escritório

Especificação Técnica/ Nível mínimo de Desempenho:

Cadeira Escritório, material estrutura tubo aço, material revestimento encosto



couro sintético, material encosto espuma poliuretano injetado, material assento espuma

poliuretano

REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA, nos termos do § 7º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ata de registro de preços prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.4. ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES

1.4.1. O “NOME COMERCIAL/ MODELO COMERCIAL”, “Fabricante” listados em “REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA” indicadas neste Termo de Referência servem como base para facilitação na identificação do objeto, visto que serão aceitos os produtos equivalentes ou de melhor qualidade, desde que comprovada tecnicamente similaridade e ou superioridade.

1.4.2. Deve-se observar a correção na nomenclatura por ocasião do preenchimento das propostas via sistema, vez que, os itens possuem Registro no INMETRO.

1.4.3. A impossibilidade de identificação correta do item acarretará a desclassificação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A funcionalidade e as rotinas administrativas das Organizações Militares exigem da Administração uma constante preocupação com a correta gestão de todas as aquisições de bens e serviços, mantendo-os em níveis compatíveis com a continuidade de suas rotinas operacionais e administrativas.

2.2. A aquisição dos bens se justifica em face da necessidade de modernização da Divisão de Saúde do 9º Batalhão Logístico.

2.3. Os equipamentos e materiais permanentes, conforme se encontra justificados brevemente acima, atendem o Contrato de Objetivos 2019/20 e foram aprovados no PAASSEX 2019/20.

2.4. Justificadamente, portanto, opta-se por realizar a presente licitação, valendo-se do Pregão Eletrônico em virtude do exato enquadramento da Organização Militar nos requisitos fundamentais para utilização desse sistema, a saber: quantitativo



que se pode definir previamente com exatidão e previsão de recurso, oriundos de convênios celebrados entre Ministério da Defesa/Exército Brasileiro e os demais órgãos da administração direta.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço Almojarifado do 9º B Log, sito a Av. Aparício Mariense, nº 345, Vila Nova, Santiago-RS, CEP: 97.714-153, no horário das 08:00h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h de segunda a quinta-feira, e às sextas-feiras das 08:00h às 12:00h, conforme nota de empenho.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.



8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



- 10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial,



de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = 0,00016438$$

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.



12.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.

12.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:



- 12.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 12.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 12.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 12.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 12.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 12.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 12.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 12.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



13. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 13.1. O custo estimado da contratação é o constante na tabela item 1.1 deste termo de referência

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 14.1. Previsão de Recursos Orçamentários (PRO) NA Ação 2004 - PTRES: 171497 - PI D8SAFCTCOSA - ND 449052.